

3) A língua alemã diferencia o que nós chamamos de "conhecimento" com duas palavras de origem etimológica distinta. Provavelmente, é por isso que muitos autores que distinguem essas duas formas de conhecer são nativos no alemão. Recentemente li um artigo de Markus Gabriel (professor alemão da Universidade de Bonn) sobre essa distinção na língua e a consequente influência disso na filosofia alemã quanto à teoria do conhecimento. Contudo, meu alemão, infelizmente, ainda não é o bom o suficiente a ponto de memorizar a terminologia correta (Erkenntnis e?). Ficaremos, portanto, com a distinção que foi traduzida (no trecho selecionado) por "conhecimento" e por "cognição". Adorno critica que os estudiosos da teoria do conhecimento focam suas pesquisas em processos cognitivos, de como nossa mente operaria por modelos lógico-científicos. No entanto, essa discussão para um alemão bem educado como Adorno, seria por demais americanizada (não a toa muitos teóricos dessa linha são nativos de inglês, ~~adorno~~ adorno que não faz essa distinção). O que Adorno chama de "conhecimento produtivo" e ao mesmo tempo deixa explícito a sua escolha no quesito da importância, é facilmente compreendido dentro do contexto da educação alemã, a formação ou Bildung, como a garantia de uma vida mais autêntica e, em tese ao menos, menos permeável a se mesclar com a manipulação. A partir dessa contextualização, podemos observar a concepção dialética desse debate na contemporaneidade sobre a teoria do conhecimento à luz de um crítico da cultura - e alemão! - como o Adorno. A cognição seria essas etapas lógicas e sistêmicas por onde nos apercebemos do ambiente e refletimos sobre ele imediatamente, indo das descrições, então, desde os processos neurológicos até a lógica em essência, da tentativa de explicar o encadeamento lógico do nosso processo de pensamento. Isso seria, por demais, algo inferior à noção que um alemão

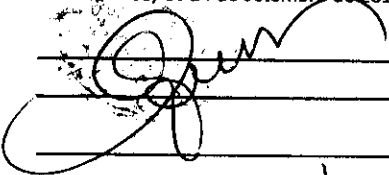


bem formado traz sobre a reflexão acerca do conhecimento. Este, como "conhecimento produtivo", não corresponde em nada com a cognição (ou o "rendimento cognitivo") e seus processos quase metódicos. É a própria acumulação da cultura e o uso dela para refletir acerca não de dados imediatos à consciência, mas de uma trama mais complexa de saberes que são postos em cheque pela concepção dialética, de formulas teses e antíteses para assim obter um conhecimento que foi fruto de uma reflexão aprofundada e a ~~partir~~ partir do que a cultura fornecerem como um lastro.

1) Os dois trechos selecionados apresentam a grande dicotomia que há na teoria do conhecimento: as posições racionalistas e as empiristas. Contudo, esses dois autores apresentados não são os mais populares, ao se mostrar essa oposição, pois o mais comum seria Descartes e Locke, por exemplo. Afinal, se por um lado as concepções de Berkeley se inserem na perspectiva racionalista (bem difundidas nos séculos XVI e XVII, com ~~os~~ autores como Descartes, Leibniz e Espinosa), Quine é um autor contemporâneo (século XX), empirista sim, mas já na era pós Kant (que postulou a tese de que o conhecimento só pode existir quando há intuição sensível e conceitos), ou seja, não mais um empirista clássico como Hume ou Hobbes. Dentro da perspectiva do racionalismo, o conhecimento é obtido pelo sujeito ao pensar sobre o mundo exterior, ~~ou~~ ou sobre sua própria subjetividade), sendo assim uma configuração internalista, onde o maior exemplo é Descartes com seu cogito, ergo sum que não requer mais o mundo exterior. Nota-se também em alguns autores racionalistas (como Descartes e Leibniz), a questão das ideias inatas, que já estavam presentes no sujeito e este apenas desenvolveria sua percepção acerca delas, que são

alvo implícito da discussão presente neste pequeno trecho de Berkeley traz a questão da representação das ideias e a possibilidade ou não existência delas externamente ao sujeito. Já o empirismo supõe que o conhecimento só possa ser obtido através das nossas percepções sensoriais, pelos nossos sentidos. Há assim a precedência do objeto e a experiência que temos ao nos relacionar com ele, configurando assim a perspectiva externalista, não mais aceitando que o conhecimento viesse de dentro do sujeito (como com os racionalistas). Dera forma, Quine mostra-se um empirista mais radical ao colocar a experiência como o modelo de conhecimento a ponto de não mais reconhecer uma diferença de qualidade entre objetos físicos e os deuses.

2) A tese popperiana requer a atribuição de valores de verdade que possam ser testados para saber se são verdadeiros ou falsos, pelo critério da falsificabilidade. Ou seja, teses como "o nada nadaifica" de Heidegger apresentam valores extra científicos (podemos atribuir valores positivos como "bela" ou negativos como "feia"), mas não a valoração que é requerida pelo pensamento científico. Assim, nessa visão a tese heideggeriana não seria algo científico, pois não pode ser testada e assim não há como verificar se a afirmação é ou não verdadeira, como, por exemplo, no caso de "a água ferve à 100°C", onde basta fazer as experiências físicas para se descobrir a veracidade desta tese, ou seja, se ela tem valores de verdade e se é falsa ou verdadeira. Popper, ao não considerar como ciência qualquer coisa com valor extra-científico (como a arte ou a psicologia), restringe bem o campo de estudo do que se pode considerar como ciência, porém



O pensamento científico pode firmar sua base no que foi testado e identificado como verdadeiro ou falso. Assim, pela falsificabilidade podemos ter uma crença verdadeira e justificada, que permite à ciência estar sempre em reconstrução e se questionar sobre sua própria base conceitual.